



Da Sete de Setembro ao Dois de Julho: terra, vida e memória cabocla no centro de Salvador

From Sete de Setembro to Dois de Julho: cabocla land, life and memory in the center of Salvador

De la Sete de Setembro al Dois de Julho: tierra, vida y memoria caboclas en el centro de Salvador

Rocha, Maria Isabel Costa Menezes da

Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em
Arquitetura e Urbanismo. João Pessoa, Paraíba, Brasil.
ORCID: 0000-0002-7687-3081
bel.cmr@gmail.com

Recebido em 20/03/2022 Aceito em 08/08/2022



Resumo

No início do século XX, símbolos do patriotismo republicano eram alçados a monumentos, reformando-carimbando os centros urbanos, como fez a Avenida Sete de Setembro soteropolitana, em sua abertura e toponímia. Mas o que tais investidas do poder dominante tentaram omitir? A chegada da modernidade às cidades brasileiras empurrou a população negra para as margens dos espaços [monumentalizados-espetacularizados] agora destinado às elites. No entanto, tais sujeitos se viram impelidos seja a aquilombar-se nas margens de tais monumentos, seja a profaná-los com seus próprios rituais cotidianos. Ambos os movimentos encontraram nas ruínas – físicas e simbólicas – as condições de possibilidade para [re]produzir esses modos de existência na cidade. A fim de compreender como tais processos lidam com as investidas atuais dos poderes hegemônicos [público e privado], invocamos aqui o Dois de Julho, bairro que tangencia a Avenida Sete e homenageia, em sua toponímia, a data comemorativa da independência do Brasil na Bahia. Buscamos, no território, a presença cabocla daquelas pessoas que atuaram na linha de frente da guerra da independência, mas sobretudo daquelas que batalham todos os dias pelo direito à permanência no lugar com o qual constituíram vida e sustento.

Palavras-Chave: Salvador, Dois de Julho, cabocla, ruína, quilombo.

Abstract

At the beginning of the 20th century, symbols of republican patriotism were raised to monuments, reforming-stamping urban centers, as did the Avenida Sete de Setembro in Salvador, in its opening and toponymy. But what did these onslaughts of ruling power try to omit? The arrival of modernity in Brazilian cities pushed the black population to the margins of [monumentalized-spectacularized] spaces now destined for the elites. However, such subjects found themselves impelled either to make their own quilombo community on the margins of such monuments, or to profane them with their own daily rituals. Both movements found in the ruins – physical and symbolic – the conditions of possibility to [re]produce these modes of existence in the city. In order to understand how these processes deal with the current onslaughts of hegemonic powers [public and private], we invoke Dois de Julho, a neighborhood that touches Avenida Sete and honors, in its toponymy, the date commemorating the independence of Brazil in Bahia. We seek, in the territory, the cabocla presence of those people who acted on the front lines of the war of independence, but above all those who fight every day for the right to remain in the place with which they constituted life and sustenance.

Key-Words: Salvador, Dois de Julho, cabocla, ruin, quilombo.

Resumen

A principios del siglo XX, los símbolos del patriotismo republicano fueron elevados a los monumentos, reformando-estampando los centros urbanos, como lo hizo la Avenida Sete de Setembro en Salvador, en su apertura y toponimia. Pero, ¿qué intentaron omitir tales embestidas del poder gobernante? La llegada de la modernidad a las ciudades brasileñas empujó a la población negra a los márgenes de los espacios [monumentalizados-espectacularizados] ahora destinados a las élites. Sin embargo, tales sujetos se vieron impulsados sea a construir sus propios quilombos en los márgenes de tales monumentos, oa profanarlos con sus propios rituales diarios. Ambos movimientos encontraron en las ruínas -físicas y simbólicas- las condiciones de posibilidad para [re]producir estos modos de existencia en la ciudad. Para comprender cómo estos procesos lidian con los actuales embates de los poderes hegemónicos [públicos y privados], invocamos a Dois de Julho, un barrio que toca la Avenida Sete y honra, en su toponimia, la fecha conmemorativa de la independencia de Brasil en Bahía. Buscamos, en el territorio, la presencia cabocla de aquellas personas que trabajaron en la primera línea de la guerra de independencia, pero sobretudo de quienes luchan día a día por el derecho a permanecer en el lugar con el que constituían vida y sustento.

Palabras clave: Salvador, Dois de Julho, cabocla, ruina, quilombo.



1. Introdução

A avenida Sete de Setembro de Salvador festejou seus 100 anos entre 2015 e 2016. Para a festa, a prefeitura concentrou esforços em ações de ordem pública e “estética urbana”. Especialmente localizadas no eixo definido pela Avenida Sete e nas adjacências consideradas mais interessantes para o poder estratégico, essas ações reformaram alguns espaços de maior visibilidade turística, propondo uma nova ordem para o comércio ambulante e de rua no Centro. As reformulações de apelo cenográfico também foram impulsionadas pela Copa do Mundo da FIFA no Brasil, realizada em 2014, tendo Salvador como uma de suas cidades-sede – as quais tiveram de adaptar-se a um [famigerado] “padrão Fifa” para receber o evento e toda a leva de turistas que o acompanha. Conhecemos a cidade antes e durante as obras, nos concentrando nessa Avenida que vai do Porto da Barra até a Praça Castro Alves.

Naquele momento, entre 2012 e 2016, apreendíamos o que posteriormente entendemos como um dispositivo de pacificação dos espaços públicos urbanos, que operava sobretudo através da Secretaria de Ordem Pública da administração municipal (ROCHA, 2016). Tal dispositivo – e sua Secretaria – mobiliza diversos discursos-justificativas e diversas frentes de atuação que, entre outras coisas, restauram a referência a um passado republicano; quando foram instituídos espaços públicos espetacularizados a fim de re[a]presentar a sociedade brasileira urbana, esta que estaria a ponto de ingressar naquilo que se entendia como civilização ocidental.

Desta forma, tais espaços passaram a homenagear – e, assim, atuar como monumentos – à nação brasileira. A ideia de nação era, então, construída sobre uma coletânea de elementos identificados como representativos da nossa história – datas, lugares, sujeitos, etc. – de modo a unificar a população brasileira em torno do culto de uma narrativa histórica [hegemônica] nacional.

Um desses elementos que se tornaram símbolos do patriotismo republicano diz respeito à data do 7 de setembro de 1822, atribuída à proclamação da Independência brasileira do domínio de Portugal. Como a consolidação da Primeira República ocorreu em um período de grandes transformações nas diversas escalas e em diversos aspectos da vida social – coincidia inclusive com o momento de elaboração de uma nova disciplina de organização espacial, o urbanismo – diversas reformas foram realizadas nas maiores cidades brasileiras, no intuito de adequá-las às transformações em curso e dotá-las de uma feição mais inteligível ao padrão dominante. Além das obras de saneamento, melhoramentos e embelezamentos diversos, havia a necessidade de dotar as cidades brasileiras de *História e Cultura*, associando monumentos públicos a uma toponímia que contasse a história da jovem nação. Daí surgiram ruas, avenidas e praças que se tornaram monumentos, por exemplo, à Independência brasileira. Outras, cuja toponímia já homenageava o feito, foram remodeladas-embelezadas para serem palcos da festa do centenário.

[...] a comissão comemorativa do centenário da independência do Brasil interessar-se-á junto às comissões estaduais, assim como estas perante as comissões municipais, para que a comemoração desse acontecimento se faça principalmente *com obras produtivas morais, intelectuais e materiais, visando sobretudo a instrução, a higiene das populações e o embelezamento das localidades* [...] (Projeto de Lei de 1919. Novembro de 1919. Art. 1/§4º, Apud. JUNQUEIRA, 2011, p. 157, grifos nossos).

Se Salvador foi carimbada¹ com uma Avenida, outras cidades ganharam ruas importantes batizadas com o Sete de Setembro,² como Vitória, capital capixaba, ou Porto Alegre, capital gaúcha. Também

¹ E aqui nos remetemos à imagem do carimbo para ilustrar tanto o aspecto físico da intervenção – de um elemento que se sobrepõe a outros elementos preexistentes – quanto o simbolismo atribuído ao lugar através da toponímia, esta que institui a marca-monumento. O carimbo também nos remete ao gesto de uma espécie de “controle de qualidade” ou, no caso, de civilidade dos centros urbanos da época.

² Em outra ocasião, nos debruçamos sobre esses monumentos à Independência – que ressaltam uma história factual muito associada às datas, daí o 7 de Setembro – em diversas capitais de estados brasileiros. A sessão livre intitulada “As [outras] 7 de setembro”, no XVI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, reuniu trabalhos baseados em lugares-monumentos ao 7



houve praças Sete de Setembro, como em Natal, capital potiguar, e Belo Horizonte, capital mineira. Lugares estratégicos do tecido urbano foram assim batizados. E aqui utilizamos o verbo batizar na intenção de indicar uma espécie de conversão, mas também no sentido de provocar uma inversão de valores, já que tal prática – de monumentalização pela toponímia – fazia parte do processo de secularização das cidades, operado naquele começo de século.

Alguns autores falam dessa secularização a partir da dicotomia sagrado-profano. No entanto, tal processo de secularização vem impor à cidade um novo tipo de culto: o culto ao civismo. As leis, normas, e uma história tornada hegemônica da “civilização brasileira” vieram a constituir o novo dogma a ser seguido nos usos dos espaços públicos das nossas cidades. Nesse sentido, segundo Rubenilson Teixeira, “O símbolo sagrado dá lugar a um monumento profano, erigido para a glória dos homens, e não para a glória de Deus.” (TEIXEIRA, 2006, p. 83) e faz referência a um exemplo encontrado no livro de Luis da Câmara Cascudo, *História da Cidade do Natal*, sobre certa Santa que juntava gente em uma das esquinas da atual Praça Sete de Setembro. A casa que abrigava a santa foi uma daquelas demolidas para dar lugar à praça.

A construção da praça Sete de Setembro, em 1914, desfigurou-a para sempre, derribando uma metade da rua. [...]

A rua da Conceição, entretanto, teve história sugestiva e colorida.

Dos princípios do século XIX data uma casa, antepenúltima à esquerda da atual Ulisses Caldas, arrasada quando do aformoseamento em 1914. Chamavam-na *Casa do nicho*. Tinha um altazinho cavado na parede, fechado com portinhas de madeira. Abrigava um vulto de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da rua e origem do topônimo.

Diante desse nicho o povo pagava promessas e eram rezadas novenas piedosas, com velas acesas, ladainha e cânticos.” (CASCUDO, 1980, p. 126-127)

Desta forma, passou a ser considerada arcaica toda sorte de sociabilidade urbana ligada aos símbolos religiosos, a exemplo das manifestações cotidianas regidas pelo tempo do sino, ou seja, o tempo da igreja católica.

Em Salvador, foram demolidas algumas igrejas, como a igreja de São Pedro, que estava no meio do caminho para a abertura ou “endireitamento” da avenida Sete de Setembro. Em seu lugar, foi posto o grande relógio de bronze (Figura 1), símbolo de um novo tempo, não mais o tempo da igreja, embora tenha sido apelidado de Relógio de São Pedro. São Pedro, no entanto, dava nome a todo o distrito compreendido por trecho da avenida Sete de Setembro e adjacências, nas quais está incluso o atual bairro Dois de Julho.

de setembro de 1822. Buscávamos questionar como a toponímia que homenageou a Independência do Brasil, através da data de uma suposta proclamação, visava implantar uma memória dita nacional em territórios de onde já imanavam memórias muito diversas. Ao lado disto, nos interessava saber como essa narrativa hegemônica é incorporada, ou não, no cotidiano do habitante.

Figura 1: Largo de São Pedro em cartão postal circulado possivelmente na década de 1930.



Fonte: Imagem disponível no Guia Geográfico Salvador Antiga (<<http://www.salvador-antiga.com/sao-pedro/antigas.htm>>) em 07/01/2022

2. O espectro da Independência e o “monumento à cabocla”

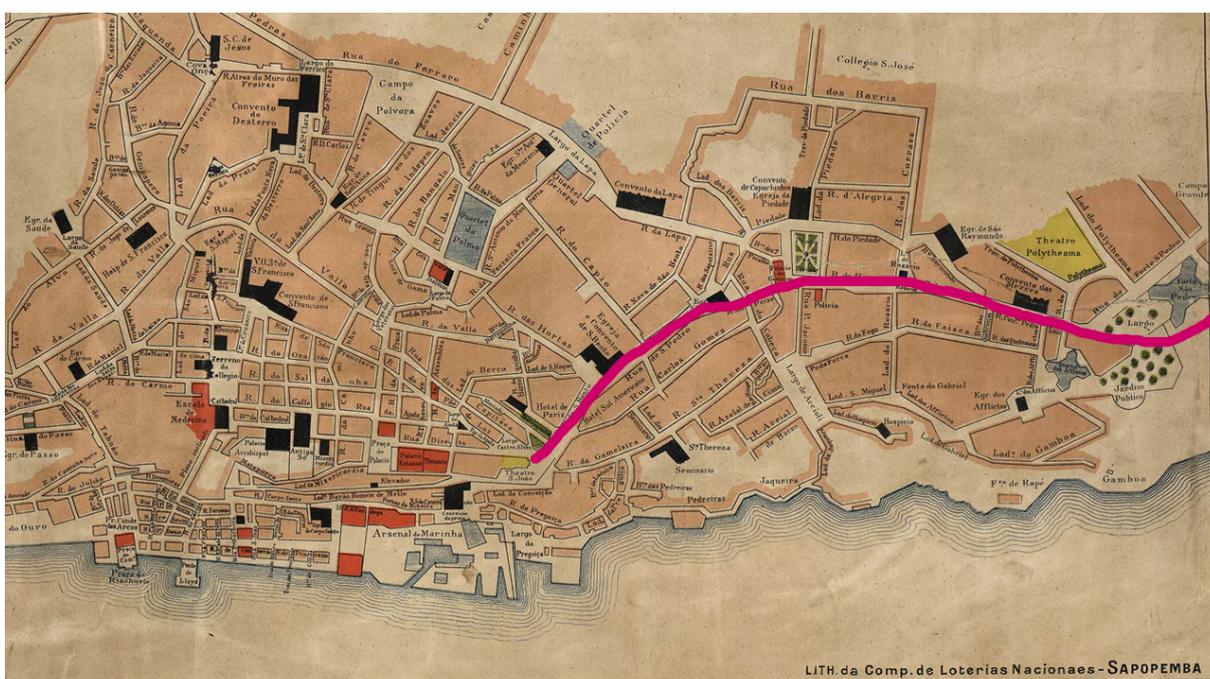
Aqui, ao lado da avenida Sete de Setembro, olhamos para o bairro Dois de Julho, que caminha junto com ela nessa homenagem à Independência. Na Bahia, exalta-se o 2 de julho de 1823 como sendo a data da independência do Brasil; dia em que expulsamos – brasileiros nativos de todas as descendências, mas especialmente a grande massa de mestiços – definitivamente, as tropas portuguesas que guerreavam pelo domínio do Brasil, na Bahia. A história é complexa e carece de revisão, sobretudo neste momento em que nos preparamos para co[re]memorar o feito em seu segundo centenário. Mas, aqui, não nos determos nas problematizações da história dita oficial. Nos interessamos, pois, nos territórios urbanos estruturados em torno da toponímia que rende homenagem à independência – Sete de Setembro e Dois de Julho. Esses territórios também se relacionam entre si no que concerne à apropriação popular e à resistência às investidas disciplinadoras dos poderes dominantes, público e privado. Sobre isto, falaremos mais à diante, por enquanto, é importante nos deter em algumas rugosidades presentes no território e como essas heranças se comportam junto aos usos e práticas cotidianas de uma diversidade de habitantes.

Com a noção de rugosidade, Milton Santos, buscava, desde a década de 1970, um termo para tratar das formas (físico-sociais, geo-territoriais) herdadas: “Chamemos rugosidade o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos.” (SANTOS, 2009, p. 140). Ana Clara Torres Ribeiro também se detém sobre as considerações de Milton Santos a respeito de rugosidade, incluindo aí as memórias, marcas imateriais do tempo. “A rugosidade é vinco, conjunto de rugas, marcas, memórias.” (RIBEIRO, 2012, p. 68-69). É sobre este aspecto mais subjetivo das rugosidades que nos debruçamos, considerando a sua importância para o estudo da história, relacionado não apenas aos documentos e

monumentos explícitos [em si], mas às memórias, usos e imaginários que se constroem a partir deles.

Para entender melhor a localização e a relação entre as rugosidades – cívicas [do 7 de Setembro e do 2 de Julho] e religiosas – presentes no território tratado, nos valem de um recorte da Planta da Cidade de São Salvador, de Adolfo Morales de los Rios, de 30 de março de 1894. Embora seja referente ao período antes da consolidação da avenida Sete de Setembro, a planta destaca alguns elementos importantes para este estudo, como as estruturas religiosas e a toponímia dos logradouros da época. Nota-se algumas igrejas, entre elas, a Igreja de São Pedro está numa posição de estreitamento da rua. A necessidade de dar maior fluidez ao transporte urbano, sobretudo a partir da instalação do bonde, viria a justificar sua demolição e ainda dotaria a avenida de dimensões mais monumentais. Na planta, destacamos em rosa o que se tornou o traçado da avenida Sete, seu trecho localizado na região do centro urbano, que vai da praça Castro Alves [então largo Castro Alves] ao Campo Grande.

Figura 2: Recorte e edição da Planta da Cidade de São Salvador, de Adolfo Morales de los Rios, 1984. Traz as estruturas religiosas destacadas em preto, as militares em hachura azul, as civis em coral e os teatros em amarelo.



Fonte: Imagem disponível no Acervo Digital da Biblioteca Nacional

(<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart530889/cart530889.jpg> em 07/01/2022.

A Sete foi estruturada entre 1912 e 1916, a partir da continuidade de pequenos trechos, definidos pelas freguesias religiosas – ladeira [do convento e da igreja] de São Bento, rua [da igreja de Nossa Senhora] do Rosário, rua [do convento de Nossa Senhora] das Mercês – mas vai além desta região central aqui retratada, chegando até a orla oceânica. As toponímias religiosas resistiram à secularização, tanto no caso da praça da Piedade quanto no caso de outros pedaços da Avenida Sete de Setembro, como o Rosário ou a ladeira de São Bento, cujas nomenclaturas ainda ressoam com forte presença no cotidiano habitante.

No tocante à região da Piedade, observamos como, desde meados do século XIX, o espectro da independência veio habitar a localidade, trazido pelo Chafariz da Cabocla. Instalado em 1856 pela Companhia do Queimado – pioneira em fazer o tratamento e distribuição das águas, a partir do rio Queimado – o chafariz homenageia a Independência do Brasil na Bahia com os dizeres “A Companhia do Queimado ao dia 2 de Julho de 1823.” Por outro lado, com o espectro da independência presente, a abertura da nova avenida veio homenagear aquela data mais em voga nos circuitos políticos

nacionais: a Independência virou 7 de Setembro; altar cívico.

A presença do Chafariz da Cabocla, no entanto, perdurou na mesma região, mesmo depois da estruturação da Avenida Sete de Setembro, quedando às margens desta provavelmente até a década de 1920 ou 1930. Não sabemos ao certo o porquê de localizar o chafariz que homenageia do 2 de Julho – um esboço de monumento à Independência – naquela Praça da Piedade ainda bastante despovoada. Aqui trazemos duas imagens da Praça da Piedade, contendo o Chafariz da Cabocla [em escala semelhante em ambas, porém em ângulos diferentes]: à esquerda (Figura 3), a ilustração de data próxima à da instalação do Chafariz, em finais da década de 1850,³ com a igreja da Piedade ao centro; a segunda (Figura 4), já retratando o pós-reforma que originou a Sete e a nova igreja de São Pedro.

Figura 3: Piédade à Bahia, ilustração de 1858.



Figura 4: Praça da Piedade, em postal de 1916.



Fonte: Imagens disponíveis no Guia Geográfico Salvador Antiga (<<http://www.salvador-antiga.com/piedade/antigas.htm>>) em 10/03/2022.

Ainda com a Cabocla habitando o território da Piedade, o que chamamos de espectro da Independência foi levado a se estender até o novo monumento ao 2 de Julho, oficialmente inaugurado no Campo Grande de São Pedro em 1895, o qual ficou conhecido como “monumento ao caboclo” no cotidiano urbano. O Campo Grande, por sua vez, foi batizado de Praça Dois de Julho, quando da instalação do monumento, sem que a população adotasse a mudança de nome, até os dias atuais.

O fato do não consentimento com a nomenclatura pela população local pode se dever ao uso do topônimo para se referir a outro logradouro, mais próximo da Praça da Piedade. O lugar já era apelidado de Largo “Dois de Julho”, quando a cabocla em seu chafariz saiu da Piedade e foi habitá-lo, na década de 1920. Em busca do momento em que aquele território passou a ser de fato chamado de Dois de Julho, vimos que a toponímia já aparece no livro de Raimundo Nina Rodrigues *Os Africanos no Brasil*, fruto de sua pesquisa de quinze anos, entre 1890 e 1905 – a ver, antes da reforma de criação da Avenida Sete – localizando os cantos de trabalhadores negros na cidade da Bahia.

No canto da rua da Ajuda por traz do edifício da Câmara Municipal, *no largo da Piedade* em frente ao Convento, no da porta da casa que fica junto ao Hotel Paris, na Ladeira de São Bento, se reúnem negros desta procedência. Nestes dois últimos cantos estão os africanos que ainda possuem e carregam os palanquins que em tempos passados e no domínio da escravidão foram os carros de praça ou eram os veículos de luxo das classes ricas. *No canto do Campo Grande*, vindo do Forte de São Pedro a alguns nagôs se reúnem uns três ou quatro gêges. Na rua das Mercês, canto de São Raimundo, reúnem-se negros minas, dois ou três. Na Baixa dos Sapateiros, canto da rua da Vala, reúnem-se africanos de diversas nacionalidades.

As mulheres são encontradas neste último ponto, na rua da Vala canto de São Miguel, na rua do Guadalupe, na rua do Cabeça e *largo Dois de Julho*, no cais de

³ Segundo a página do Guia, “Esta ilustração, publicada em Paris, em 1861, foi construída com um trabalho fotográfico de Victor Frond, de cerca de 1858, e litografia de Louis Aubrun. Título original: *Piédade à Bahia*.” A imagem também faz parte do acervo da Biblioteca Digital Luso-Brasileira, disponível online no endereço <<https://bdib.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/20574>>.



desembarque, na ladeira do Boqueirão em Santo Antônio. Em geral não se separam tanto, como os homens, segundo as suas nacionalidades. (NINA RODRIGUES, *Africanos no Brasil* [1890-1905], pgs. 110-111, grifos nossos)

Interessante notar como, no Largo Dois de Julho, em contiguidade à Rua do Cabeça, onde já se localizava um dos cantos que reunia mulheres de diversas origens de África, veio a se localizar uma homenagem à Independência que evidencia o feminino na sua representação do nativo heroico.⁴

Para situar esses cantos, podemos nos remeter àquela planta de Adolfo Morales de los Ríos, onde vemos a grafia “Largo do Accioli” [e não Largo Dois de Julho] em logradouro contíguo à Rua do Cabeça, já presente na planta. Note-se que, apesar de ser um mapa de 1894, quando Nina Rodrigues já havia começado sua pesquisa, não aparece grafado o largo “Dous de Julho”. Nesta grafia já apareceu, no entanto, no documento “*História da Sedição na Bahia*” de 1891, contada pelo Bacharel João Gonçalves Tourinho em 1893.

– O povo, tendo noticia que o tenente Machado achava-se para os lados do *largo Dous de Julho*, para alli seguiu, damnificando duas casas de moradia e a casa do cidadão Alfredo Orrellas, à rua do Fogo, onde era costume ir o tenente Machado.

Nada encontrado, volta de novo à praça da Piedade, onde em grande massa permanece. (TOURINHO, *História da Sedição na Bahia em 24 de novembro de 1891*, 1893, p. 14, grifo nosso)

Desta forma, não sabemos com precisão quando o local passou de fato a ser conhecido como Dois de Julho no cotidiano urbano, tampouco quando recebeu oficialmente a toponímia enquanto largo

A ausência de documento oficial batizando o território – seja largo, seja bairro – perdurou até os dias atuais. Apesar de a toponímia ser amplamente apropriada pelo uso da população, não só do lugar, mas de toda a cidade, ainda sofre ameaça por se manter às margens de um discurso, ou de uma narrativa dita oficial, por mais deslocada do território que essa narrativa oficial possa ser.

3. O civismo imanente do território

ou

Das ruínas como brecha para a vida cívica

Possivelmente, a nomenclatura local se deve a algum feito que marcou o trajeto das tropas brasileiras, quando estas adentraram a cidade de Salvador pela Baía de Todos os Santos em 2 de julho de 1823.

“Segundo Manoel Querino, já no ano de 1824 a população teria organizado um préstito que rememorava o trajeto que as tropas brasileiras vitoriosas fizeram para entrar na cidade de Salvador. A partir daí, anualmente, organiza-se a “procissão cívica” dos baianos: o préstito sai do bairro da Lapinha - um dos antigos portões da cidade - desce a rua do Carmo e chega ao Terreiro de Jesus, em seguida segue pela avenida 7 de setembro até o Campo Grande.” (ALBUQUERQUE, 1996, p. 115)

Com a citação de professora Wlamyra Albuquerque, retomamos o estudo do território a partir do que foi vivido e observado no presente: o ponto de partida que ativou a necessidade de compreender a

⁴ Quanto às representações de valores cívicos a partir de imagens femininas, consideramos ser assunto para outra oportunidade, mas, não deixamos de notar aqui a diferença entre a Chafariz da Cabocla e o Monumento ao Caboclo. Diferentemente da figura feminina – tão associada a conceitos como independência, liberdade, república, nação, etc. – e amplamente explorada nos monumentos públicos e outras representações, o caboclo do Campo Grande, apesar de ter sido inspirado da cabocla da Piedade, tentou materializar aquele que seria exaltado como herói da guerra da independência na Bahia, o homem que guerreia. Hoje em dia, já temos algumas publicações que trazem e exaltam a presença feminina no processo de Independência do Brasil, inclusive atuando na linha de frente do combate armado. Indo nesse sentido, o monumento da cabocla era ambíguo em sua homenagem: honrava ao mesmo tempo a Independência, como figura feminina, e a heroína popular.



história daquela região se deu com o seu estudo empírico, notadamente a partir da Avenida Sete de Setembro,⁵ onde vivenciamos parte do trajeto da chamada “procissão cívica” do 2 de Julho. Essa expressão nos remete ainda à ideia de conversão de que falamos, mas, sobretudo, demonstra quão arraigada estava a sociabilidade urbana nas práticas religiosas. Especialmente no tocante à “procissão” do 2 de Julho, tal conversão não se dá por inteiro – do religioso ao cívico – ou se dá de maneira complexa; do católico, passando pelo cívico, à religiosidade afro-indígena do culto aos caboclos. Mas esta é matéria para outro trabalho.⁶ Nos compete aqui a relação da toponímia com a formação do território urbano em disputa.

Quanto ao Dois de Julho, o conhecemos não mais como largo, mas já como bairro. Toda a região do centro da cidade que desce do limite da Avenida Sete em direção à Baía de Todos os Santos é conhecida como Dois de Julho. No entanto, a cidade de Salvador ainda não havia definido oficialmente uma série de zonas urbanas conhecidas popularmente como bairro. O Dois de julho, por exemplo, estava integrado ao Centro, juntamente com outros bairros menores.

Essa fragilidade quanto ao reconhecimento formal-oficial do bairro, possibilitou a elaboração de uma proposta incongruente do capital privado, sob o aval do poder público, para a região: a criação do *Cluster Santa Tereza*, conjunto de 3 empreendimentos – 2 residenciais de luxo e 1 resort – associados ao projeto de *humanização do bairro*, este encampado pelo poder público municipal. O interesse do capital privado pela colonização daquele território e a atuação do poder público também nesse sentido já foi amplamente debatido (MOURAD, 2011; FIGUEIREDO e BAUTRUSIS, 2014; REBOUÇAS, 2018), aqui gostaríamos apenas de tecer algumas observações a respeito dos processos de ocupação e reivindicação dos habitantes e frequentadores diversos do Dois de Julho.

A apropriação popular dos territórios urbanos centrais acontece ao longo de décadas,⁷ se adaptando e, por vezes, sobrepondo seu modo de vida às estruturas que compõem esses ambientes. Tal apropriação é possibilitada especialmente pelo estado de ruína em que se encontram as estruturas existentes. Desta forma, ao mesmo tempo em que buscamos compreender o projeto de mundo que produz ruínas sistematicamente, seja material, seja simbolicamente, procuramos entender a ruína como condição de possibilidade de vida e construção de outros mundos.

A compreensão da ruína a partir de Simmel, nos permite observá-la como processo, pois que, para o autor

A ruína da obra arquitetônica significa que naquelas partes destruídas e desaparecidas da obra de arte, outras forças e formas – aquelas da natureza – cresceram e constituíram uma nova totalidade, uma unidade característica, a partir do que de arte *ainda* vive nela e do que de natureza *já* vive nela. (SIMMEL, 1998, p. 144, grifos nossos)

Entendendo que a obra arquitetônica – como qualquer obra humana – não pode ser separável do contexto cultural que a constitui, temos aqui não apenas materialidade, mas discursos, práticas, valores, jogos de poderes, etc. operando na sua constituição bem como na sua destruição e/ou arruinamento. A ruína atinge assim, tanto a materialidade da estrutura como os demais elementos que a sustentam.

Se a data do 7 de setembro batizou oficialmente aquela avenida – sobrepondo o apelo cívico ao poder eclesiástico e aos valores atribuídos às práticas religiosas – foi a apropriação popular que conferiu

⁵ O trabalho de campo, de 2012 a 2016 nos colocou em contato com uma série de questões que nos remetiam à noção de conquista do território e à chamada pacificação dos espaços públicos urbanos.

⁶ A professora Wlamyra Albuquerque estudou com rigor as comemorações ao 2 de julho de 1823. Em seu artigo “Santos, deuses e heróis”, por exemplo, ela explicita a disputa por projetos nacionais no tocante à festa que é “uma demonstração de devoção aos heróis locais” (ALBUQUERQUE, 1996, p. 118), salientando ser uma manifestação, ao mesmo tempo, cívica, religiosa e, sobretudo, popular, onde são exaltados-cultuados os verdadeiros “donos da terra”.

⁷ Sobretudo a partir das décadas de 1960-1970, quando o centro comercial, de negócios e mesmo administrativo foi sendo transferido para os eixos de expansão urbana. Isto ocorreu – como ainda ocorre – em diversas cidades brasileiras; um impulso de modernização urbana com ênfase na abertura de novas vias e conquista de novos territórios pela urbanização.



novo sentido à toponímia, colocando-a definitivamente colada ao território, esquecendo assim a narrativa homenageada [imposta] e criando memórias de vida naquele lugar.

Além desse esquecimento possibilitado pelo tempo, há ainda um esquecimento ativo que relacionamos à ideia de profanação, proposto por Giorgio Agamben (2007): “restituição ao livre uso das pessoas”. Mas a profanação não se dá aqui em relação aos objetos religiosos, e sim, aos objetos cultuados pelo poder dominante, no caso, à ideia de nação cívica [e civilizada], imanente do 7 de setembro. Desta forma, a profanação atuaria no contraste com o discurso dominante [ou os usos, os valores, as ações dominantes] ainda em voga, não de todo arruinado.

É pelo uso comum da população – acumulado como rugosidades com o passar do tempo – que o altar cívico passa de monumento à Independência a monumento à memória cotidiana daquelas pessoas. As referências ao comércio e outras apropriações populares, bem como ao carnaval, por exemplo, são mais facilmente associadas à Sete, àquela Avenida Sete, do que à Independência. A ruína se dá, aqui, no tocante à memória dita nacional, mas também no imperativo de dotar a cidade de moralidade e embelezamento segundo padrões hegemônicos, de origem europeia, valores exaltados nas comemorações do centenário do 7 de Setembro de 1822, como vimos.

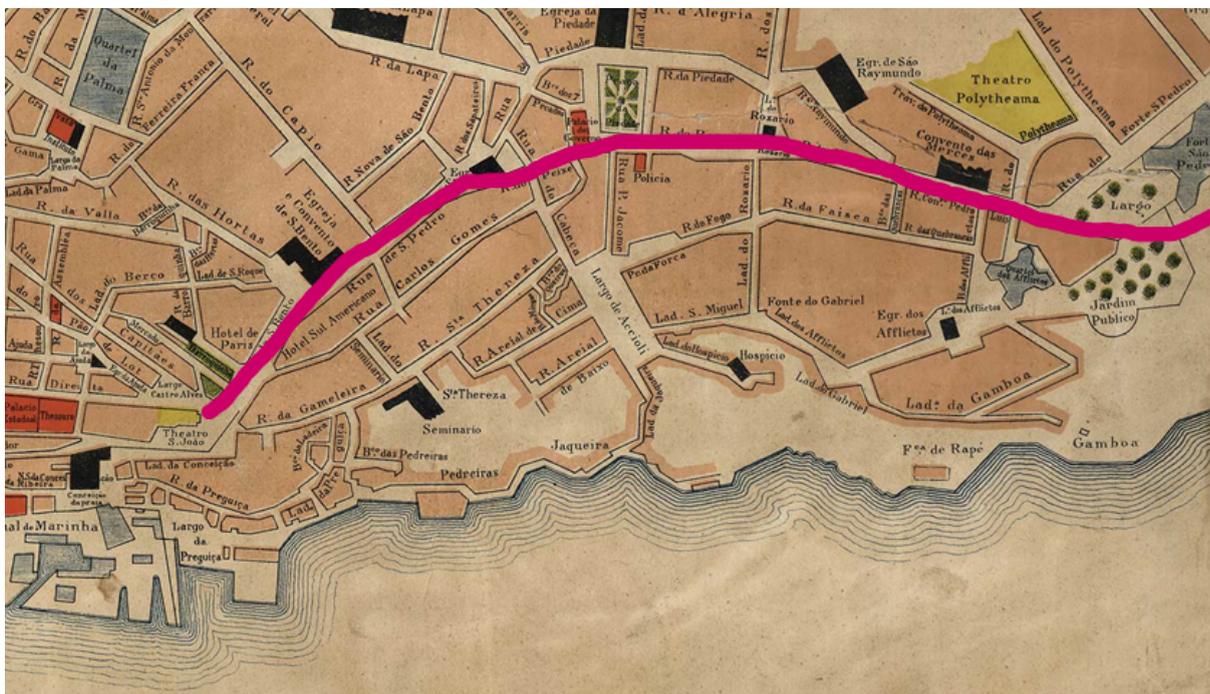
Tais valores são retomados na comemoração do centenário da Avenida, em 2015-2016, quando o Setor de Proteção à Estética da Cidade (SEPEC), da prefeitura de Salvador, procurava restituí-la ao seu “estado áureo”. Neste ponto, vemos como as memórias e narrativas hegemônicas têm sido sempre restauradas [para usar um termo do dispositivo patrimonialista] para conter [no sentido de limitar] o imaginário e a diversidade memorial de um povo.

Por outro lado, a memória do 2 de Julho se mostra uma memória imanente. Estando à margem da grande Avenida Sete, incorporou ruínas de diversas estruturas religiosas tão presentes naquele território – como o Museu de Arte Sacra e o Convento Coração de Maria – e, nas brechas dessas estruturas, construiu uma fissura no discurso monumentalista.

Nessa fissura, uma população que se via marginalizada encontrou refúgio e constituiu lugar em território estruturado pelos poderes dominantes, sobretudo religioso, mas também militar – nos extremos do território, com a presença do Quartel dos Aflitos ao sul e do Arsenal da Marinha ao norte (marcados com hachura em azul na Figura 5 – e civil, com a homenagem ao 7 de setembro de 1822. Tal refúgio revelou-se uma ocupação dissidente naquela área, que se tornou foco dos novos poderes dominantes, agora de base capitalista. Segundo Dénètem Touam Bona, “a dissidência sempre decorre de uma ruptura do *continuum* temporal. Ruptura da narrativa dos vencedores – essa fábula que torna os subalternos horrendos aos seus próprios olhos.” (BONA, 2020). Tal ruptura, no caso do Dois de Julho, aconteceu não de maneira brusca, mas na lentidão do processo de arruinamento das estruturas dominantes.

Com o mesmo mapa de Adolfo Morales de los Ríos (1984), nos aproximamos para ver melhor as estruturas de caráter religioso (em preto). Da direita para a esquerda, vemos a Igreja dos Aflitos; o Convento Coração de Maria, marcado como Hospício; o Museu de Arte Sacra ou antigo Seminário de Santa Tereza e, finalmente, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia. É o prédio do imponente Museu de Arte Sacra que resgata a ruína e a nomenclatura colonial-religiosa, posta à venda ao capital privado, que pretende transformar o bairro Dois de Julho em bairro [ou *cluster*] Santa Tereza.

Figura 5: Aproximação e recorte da Figura 2. [edição da Planta da Cidade de São Salvador, de Adolfo Morales de los Rios, 1894]



Fonte: Imagem disponível no Acervo Digital da Biblioteca Nacional em 07/01/2022.

Para atrair o público seletivo, os empreendedores elegeram inicialmente, em 2007, o Museu de Arte Sacra, instalado no antigo Convento de Santa Tereza d'Ávila, concluído em 1685. No entorno do Museu, uma Vila com quatorze casas pequenas pertencentes à Arquidiocese de Salvador foram vendidas, ainda que estivessem habitadas.

[...]

O processo de expulsão da população mais pobre não se restringe às famílias que moravam na área onde será construído o Hotel TXAI. Os empreendedores do Cloc Marina Residence estão apresentando proposta de aquisição aos proprietários de imóveis localizados no entorno do empreendimento. Além disso, ao longo desse processo houve tentativa de despejo pelos proprietários de *imóveis ocupados por inquilinos de baixa e média rendas*. Exemplo emblemático é a ameaça de despejo sofrida pelos moradores da Vila Coração de Maria, situada na rua Democrata [antiga Lad. do Hospício].

A Irmandade São Pedro dos Clérigos, proprietária dos imóveis da Vila, tem ameaçado as sete famílias moradoras – incluindo a senhora Anita Ferreira Sales, de 84 anos, *inquilina que assume a conservação do imóvel há 43 anos* – com uma ação de reintegração de posse. A Vila Coração de Maria está numa posição estratégica, contígua ao empreendimento Cloc Marina Residence, que integra a proposta do Cluster Santa Tereza.

De modo recorrente, estes empreendimentos são viabilizados, por meio da aprovação e licenciamento pela Prefeitura Municipal de Salvador, ao mesmo tempo em que são desconsideradas as demandas dos moradores e usuários do Bairro 2 de Julho. ((MOURAD, FIGUEIREDO, BALTRUSIS, 2014, p. 443 e p. 446. Grifo nosso)

Na citação destacamos a importância da presença e permanência dessas pessoas que habitam o bairro para a preservação e conservação não apenas das estruturas materiais, mas da vida do lugar. Isto nos remete novamente ao sentido de ruína como processo. Retomando Simmel, percebemos o que de arquitetura ainda resta e, sobretudo, que outras formas de vida já constituem com ela “uma nova totalidade, uma unidade característica” (Op. Cit.).

Neste ponto, trazemos, na ligação entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa concretizada pela Ladeira da

Conceição da Praia, outro exemplo de ocupação que impede o arruinamento total de construções importantes para a cidade de Salvador. Trata-se das oficinas de artífices, localizadas sob os arcos estruturais que sustentam a Ladeira da Montanha e compõem parte da paisagem característica de Salvador, a partir da Baía de Todos os Santos. Tais arcos delimitam a Ladeira da Conceição da Praia, principal acesso para a Basílica de Nossa Senhora da Conceição da Praia, padroeira de Salvador, a partir do Centro, Cidade Alta.

Em meados de 2014, um processo similar de expulsão foi intencionado – no compilado de projetos para a “revitalização” do Centro Antigo, à esteira das transformações urbanas para a Copa da FIFA – sendo proposta a reforma dos Arcos da Ladeira da Conceição. Inicialmente, dizia-se da reforma para abrigar residências artísticas, desconsiderando completamente as atividades – marmorarias, serralherias, carpintaria, mas também um botequim, ocupam os arcos da Conceição – se desenvolvendo ali há gerações. O grupo de artífices juntou-se à população local contra tal proposta, fazendo a Prefeitura recuar, reconhecendo o direito de permanecerem no local; sendo necessário “apenas” que saíssem temporariamente, durante o período das obras.

Figura 6: Alguns dos arcos com oficinas de artífices na Ladeira da Conceição da Praia enfeitada para a copa do mundo de futebol masculino da FIFA (12 de junho de 2014).



Fonte: Acervo da autora.

Para a conservação do patrimônio – entendido puramente físico, rugosidade ligada a um passado de obras e não de pessoas – os usos dados pela população que ali mora e trabalha, ou seja, o modo de vida dessa população parece inadequado, degradante do objeto patrimonializado. Os trabalhos dos artífices, com solda em ferro, polimento em mármore, junto com a vida simples dos moradores, compõem o cenário considerado [de maneira superficial] como degradante. Antes que haja uma preocupação com a vida de tais sujeitos, emerge do poder público uma retomada de interesse pelo patrimônio material. Os habitantes locais sabem e proclamam que são eles os mantenedores do lugar. “Se não fosse a gente aqui todos esses anos...”.



Os Arcos sofreram várias tentativas de desocupação da parte de agentes do poder público – IPHAN ou Prefeitura – muitas vezes não identificados e atuando de maneira informal, sem documentos e de modo intimidador, segundo relatam os habitantes (ver vídeo da próxima nota). As intimações para desocuparem, dentro de prazos mínimos, o local onde seriam realizadas reformas não abriram espaço para o diálogo com os ocupantes, aos quais restava ceder às ameaças ou resistir a elas. Os artífices, por outro lado, apresentam a consciência afetiva de que são indissociáveis, juntamente com suas atividades, tanto da materialidade estrutural dos arcos que conservaram ao longo dos anos, da Ladeira [em sua comunicação com as Cidades Alta e Baixa] e a paisagem que ela compõe, quando da memória ativa e viva do lugar.

4. “O que sustenta a Montanha somos os Arcos aqui.”⁸:

Uma conclusão para continuar

E é nesse contexto de ameaça, mas também de tomada de consciência da sua relação com o lugar que os diversos grupos do Centro Antigo de Salvador (CAS) se organizaram para defender o direito à terra urbana onde cultivaram sua vida, sua memória, seus afetos. A partir de uma ameaça de remoção, o espírito da cabocla ressurgiu com a atuação de algumas mulheres. Entre elas, Ivana Chastinet se tornou emblema, pois foi a agitadora do Movimento “Nosso Bairro é o 2 de Julho!”, de luta pelo direito a permanecer no seu território. Lembramos Ivana, pois ela não apenas instiga o citado Movimento, como também performa literalmente os gestos e indumentárias da cabocla nos cortejos do 2 de Julho.⁹

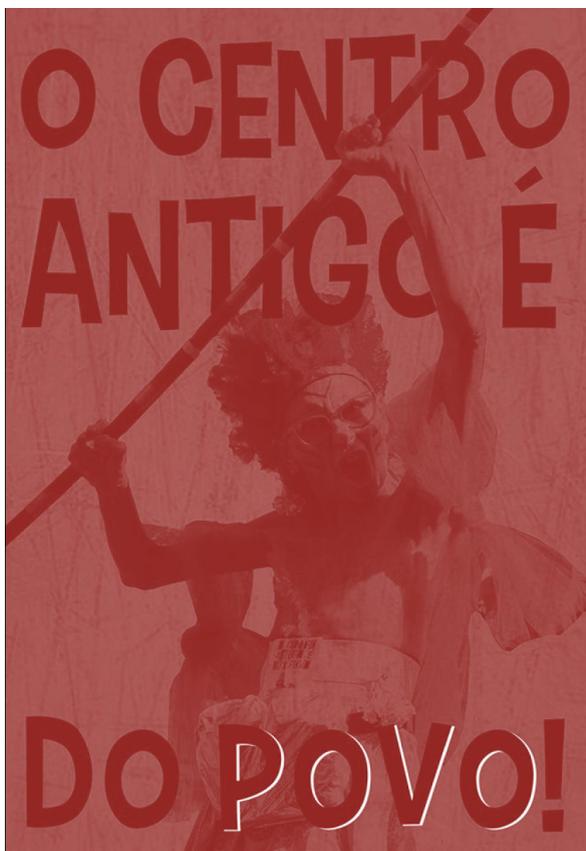
Ivana Chastinet, atriz, teatróloga e *performer*, moradora do 2 de Julho há mais 40 anos, foi uma das figuras centrais na constituição e nas ações do movimento. Ela começou sua trajetória de defesa pelo direito à moradia e à cidade antes da ameaça do Cluster Santa Tereza. Viviu com sua mãe e irmãs na Vila Coração de Maria, uma pequena vila com apenas sete casas na Rua Democrata, onde, no total, viviam sete famílias com renda mensal de até dois salários-mínimos. Em 2008, começaram a sofrer ameaças de expulsão por parte da então proprietária dos imóveis, a Irmandade São Pedro dos Clérigos, que emitiu ordem de despejo aos moradores alegando haver investidores interessados em comprar o imóvel para construção de um estacionamento comercial. (REBOUÇAS, 2019, p. 159)

⁸ Fala de Simone, marmorista que trabalha em um dos Arcos da Conceição, para um dos vídeos sobre o caso, explicitando a participação dos artífices na manutenção da obra de engenharia (feita para a sustentação da via superior, a Ladeira da Montanha) e a indissociação entre eles – artífices e Arcos. O vídeo (produzido do Mattijs Van de Port, disponibilizado em 27 de maio de 2015 no link: <<https://vimeo.com/129063113>>) traz uma narrativa que denuncia o modo como o poder público vem tratando os antigos habitantes do Centro Antigo.

⁹ O lugar da performance nas manifestações políticas e de luta pelo direito à cidade é debatido na tese de Thais Rebouças (2019), especialmente no tocante ao Movimento Nosso Bairro é o 2 de Julho e a elaboração do seu Plano de Bairro. Outro trabalho que traz a performance como instrumento político e de disputa de narrativas, também envolvendo o bairro Dois de Julho e a imagem e representação da cabocla é a dissertação de Manuela de Oliveira Santos Ribeiro (2019).



Figura 7: Ivana Chastinet no cortejo do 2 de Julho de 2016.



Fonte: REBOUÇAS (2019).

Figura 8: Panfleto distribuído na Marcha do 2 de Julho de 2015.



Neste 2 de julho, data em que se comemora a Independência da Bahia, nós, movimentos do Centro Antigo de Salvador, estamos mais uma vez nas ruas para afirmar que não aceitaremos ações de expulsão, violência e racismo contra as populações que mantêm o centro como território vivo e que garantem sua diversidade social e cultural.

O que vemos hoje no Centro Antigo é uma articulação perversa entre os poderes públicos e os interesses do setor imobiliário. Os atores chave deste processo são o IPHAN, na esfera federal; DIRCAS/CONDER e IPAC, na esfera estadual e SUCOM e SINDEC, na esfera municipal; empresas privadas como o grupo Odebrecht, Axco Construções, Prima Empreendimentos, Construtora Massafera e Bahia Marina; e empreendimentos como o Cloc Marina Residence e Hotel Txai. Em maio deste ano, esse processo de gentrificação racista e violento avançou mais alguns passos. A prefeitura e o IPHAN agiram de maneira oportunista, aproveitando o período de chuvas em Salvador, para limpar a área para a implantação de projetos imobiliários de alto padrão, após décadas de abandono e degradação do patrimônio histórico. Além de mortes por desabamento, houve intimidação e expulsão de pessoas que moram e trabalham há décadas em vários pontos do Centro Antigo, e a demolição de 31 imóveis, sem a apresentação de laudos técnicos e sem qualquer discussão.

O Centro Antigo hoje sangra e não vamos deixar os nossos algozes passarem despercebidos. Não nos calaremos diante do ataque ao patrimônio coletivo construído a duras penas pela população de Salvador.

Fonte: Acervo da autora.

Se Ivana foi uma das figuras centrais no Bairro Dois de Julho, outras mulheres participaram ativamente nos movimentos do CAS, como Simone, marmorista da Ladeira da Conceição. Tal participação nos remete novamente, não apenas ao espírito da cabocla, mas ao seu monumento. O Chafariz da Cabocla saiu do Largo Dois de Julho para a Praça dos Reis Católicos [na década de 1960] e de lá para o Largo dos Aflitos [na década de 1980], onde permanece até hoje. Ambos os deslocamentos foram motivados pela instalação no espaço público de estruturas destinadas aos carros (RIBEIRO, 2019). No entanto, o monumento voltou à proximidade do território que invoca o espectro da independência, e hoje integra o Largo dos Aflitos, localizado no limite Sul do Bairro Dois de Julho. Com acesso direto para a Avenida Sete de Setembro, o largo é muito próximo ao Campo Grande, onde se encontra o monumento ao caboclo. Atualmente, o Chafariz da Cabocla está numa posição que sugere uma vigilância contínua, visto que está em frente ao Quartel dos Aflitos, sede do Comando Geral da Polícia Militar da Bahia.

Figura 9: Chafariz da Cabocla no Largo dos Aflitos, com o Quartel da PMBA ao fundo.



Fonte: Guia Geográfico de Salvador (<<http://www.salvador-turismo.com/aflitos/chafariz.htm>>) disponível em 19/03/2022.

Apesar de também estar sob constante observação e ser alvo do interesse de grandes corporações de investidores, o Bairro Dois de Julho se constituiu e tem se afirmado como um refúgio para que a vida comum, cotidiana, floresça. Ao habitar a ruína de um projeto de cidade regido pelo tempo do sino, a vida no/do Dois de Julho, especialmente ao assumir essa toponímia e lutar por ela, arruína um outro projeto de cidade baseado na ideia da monumentalização da nação civilizada e/ou cívica.

Aqui situo claramente uma perspectiva que olha para “baixo” para encontrar aquilo que antagoniza, e que *arruína*, frustra ou confronta essa pretendida hegemonia, sem por isso ter um programa “anticapitalista” em termos puros ou precisos, mas não abandona a luta “contra” os modos de expropriação do capital. Essa zona do “entre”, sincrética e promíscua, é a que me interessa acentuar. (GAGO, 2018, prólogo. Grifo nosso.)

Com Verónica Gago, adentramos essa zona antagônica dentro do espaço urbano, zona que, em outro contexto histórico, foi representado por territórios que não reproduziam o modo de vida urbano, tampouco o sistema rural da época, mas que propunham outra forma de organização social, fortemente ligada à terra que ocupavam e à cooperação comunitária, compondo assim um todo



indissociável.

Esses territórios ficaram conhecidos como quilombos, onde a relação das pessoas com a terra passa não só pelo componente afetivo, mas é visceral, como bem traduziu Itamar Vieira Júnior, na voz de Salu.

Cheguei aqui moça e jovem. Aqui vivi, criei meus filhos, labutei com meu marido, vi meus vizinhos e compadres serem enterrados, lá no cemitério que vocês fecharam. Fui parida, mas também pari esta terra. Sabe o que é parir? A senhora teve filhos, mas sabe o que é parir? Alimentar e tirar uma vida de dentro de você? Uma vida que irá continuar mesmo quando você já não estiver mais nesta terra de Deus? Não sei se a senhora sabe, mas eu peguei em minhas mãos a maioria desses meninos, homens e mulheres que a senhora vê por aí. Sou mãe de pegação deles. Assim como apanhei cada um com minhas mãos, eu pari esta terra. Deixa ver se a senhora entendeu: esta terra mora em mim. (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 229)

O romance *Torto Arado* [citado] trata de uma territorialidade distante da cidade, onde a tomada de consciência política sobre a ameaça de expulsão foi o motor para o engajamento daquela comunidade pelo direito à terra, a partir da ativação do sentido [jurídico] de quilombo – como vemos de maneira recorrente em diversos lugares do Brasil. Aqui, no tocante ao Dois de Julho e adjacências, lançamos mão da noção de quilombo, entendendo que a população foi impelida a se organizar em movimentos localizados, mas articulados em torno da defesa de um território intimamente ligado à sua existência. Nesse sentido, concluímos com a reflexão proposta por Beatriz Nascimento¹⁰ a respeito de quilombo, tomando-a como mote propulsor para a continuação deste trabalho...

A investigação sobre o quilombo se baseia e parte da questão do poder. Por mais que um sistema social domine, é possível que se crie aí dentro um sistema diferencial e isto é o que o quilombo é. Só que não é o estado de poder no sentido que a gente entende; poder político, poder de dominação... porque ele não tem essa perspectiva. Cada indivíduo é o poder. Cada indivíduo é o quilombo. (NASCIMENTO, 1989, 50'40")

... e, sobretudo, para a nutrição o nosso imaginário político e nacional.

O Quilombo é memória, que não acontece só pros negros, acontece pra nação. Ele aparece, ele surge nos momentos de crise da nacionalidade.

A nós, não nos cabe valorizar a história. A nós, nos cabe ver o continuum dessa história. Porque Zumbi queria fazer a nação brasileira, já com os índios e negros integrados dentro dela. Ele quer empreender um projeto nacional, de uma forma traumática, mas não tão traumática quanto os ocidentais fizeram, destruindo culturas, destruindo a história dos povos dominados. (Ibid., 75")

5. Agradecimentos

Agradeço à FAPESQ, pelo apoio ao pós-doutorado que realizo atualmente na UFPB, mas também ao CNPq pelo fomento ao pós-doutorado realizado na Unicamp entre 2018 e 2019, no Centro Interdisciplinar de Estudos sobre Cidade (CIEC), quando recolhi grande parte das referências que me possibilitaram as reflexões aqui presentes. À FAPESB, pelo apoio durante o trabalho de doutorado em Salvador, onde o espectro da independência se faz presente. Agradeço às organizadoras do GT Memória e Cidade – Josianne Cerasoli, Raquel Jordan, Thainã Cardinali – e demais participantes da mesa que compus no décimo Seminário Nacional do Centro de Memória da Unicamp (2021), onde pude discutir as ideias centrais deste trabalho.

¹⁰ Além de historiadora, professora, escritora, ativista na luta pelos direitos da população negra e feminina, Beatriz Nascimento foi a roteirista e narradora do filme *Orí*, de 1989, dirigido por Raquel Gerber, no qual desenvolveu ideias originais a respeito do conceito de quilombo, entre outros conceitos e noções caras à emancipação intelectual [descolonização do pensamento] da população negra e demais populações subalternizadas.



6. Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. Santos, deuses e heróis nas ruas da Bahia: identidade cultural na Primeira República. *Revista Afro-Ásia* n° 18, Salvador: 1996, p. 103-124.
- GAGO, Verónica. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. Editora Elefante, 2019.
- MORALES DE LOS RIOS, Adolfo. *Planta da cidade de São Salvador*, capital do estado federado da Bahia. Salvador, BA: Ramon Alarcon, 1894. 1 planta, 59,5 x 84. Escala 0.00016 Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart530889/cart530889.jpg. Acesso em: 19 mar. 2022.
- MOURAD, Laila Nazem. *O processo de gentrificação do centro antigo de Salvador 2000 a 2010*. Tese de doutorado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2011.
- MOURAD, Laila; FIGUEIREDO, Glória Cecília; BALTRUSIS, Nelson. Gentrificação no Bairro 2 de Julho, em Salvador: modos, formas e conteúdos. *Cadernos Metrópole*, v. 16, p. 437-460, 2014.
- MOURAD, Laila; BALTRUSIS, Nelson; FIGUEIREDO, Glória Cecília. Patrimônio Histórico-Cultural: Monetização e Gentrificação no bairro Dois de Julho.
- NASCIMENTO, Maria Beatriz. Roteiro e narração do filme *Órí*. In.: GERBER, Raquel. Brasil: 1989.
- REBOUÇAS, Thais. *O bairro e o plano: estratégias e disputas em torno da produção do espaço urbano no Bairro 2 de Julho, em Salvador, Bahia, Brasil*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA: Salvador, 2019. Tese de doutorado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2019.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Homens lentos, opacidades e rugosidades. *Redobra*, n. 9, Salvador: Edufba, p. 58-71, 2012.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Outros territórios, outros mapas. En: *OSAL: Observatorio Social de América Latina*. Año 6 no. 16. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. *Caderno CRH*, v. 18, n. 45, p. 411-422, 2005.
- RIBEIRO, Manuela de Oliveira Santos. *A roda de teatro de rua girou no chafariz da cabocla e aconteceu um museu*. Dissertação de mestrado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2019.
- ROCHA, Maria Isabel Costa Menezes da. *O dispositivo de pacificação dos espaços públicos urbanos através de um percurso pela Avenida Sete de Setembro*. Tese de doutorado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2016.
- SANTOS, Milton [1996]. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- SIMMEL, Georg. A ruína. In.: *Simmel e a modernidade*. Jessé Souza, Berthold Oelze (orgs.). Brasília, DF: UnB, p. 137-144, 1998.
- VIEIRA JÚNIOR, Itamar. *Torto Arado*. São Paulo: Todavia, 2019.



Maria Isabel Costa Menezes da Rocha

Arquiteta-urbanista. Atualmente, desenvolve um trabalho de pós-doutorado no/com o Centro Histórico da cidade de João Pessoa, especialmente voltado para as diversas formas de habitar o centro, financiado pela FAPESQ. Entre 2018 e 2020, realizou pós-doutorado com apoio do CNPq (PDJ), sobre a com-forma-ação de territórios-memórias nas cidades, no Departamento de História – IFCH –Unicamp, onde integrou o Centro Interdisciplinar de Estudos sobre Cidade. Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (2016), com uma tese sobre o dispositivo de pacificação dos espaços públicos urbanos, e mestre pelo Instituto de Urbanismo de Grenoble, França (2010) em Urbanismo, Habitat e Cooperação Internacional.

Como citar: ROCHA, M.I.C.M. Da Sete de Setembro ao Dois de Julho: terra, vida e memória cabocla no centro de Salvador. *Paranoá*, (33), 1–24. <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n33.2022.04>

Editores responsáveis: Viviane Ceballos, Regina Oliveira e Maria Fernanda Derntl.